

Organizadora:



PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **20** questões, numeradas de **1 a 20**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **2h30min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Durante uma auditoria interna conduzida pela Controladoria-Geral do Município de Santa Aurora, apurou-se que um servidor público lotado na Secretaria de Meio Ambiente teria exigido vantagem econômica indevida de empresários locais para liberar licenças ambientais necessárias à construção de um condomínio. O caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para manifestação jurídica e comunicação às autoridades competentes, diante da possível prática de crime contra a Administração Pública.

Com base no Código Penal e nas circunstâncias narradas, assinale a alternativa correta.

- (A) A medida é inválida, pois depende de autorização do chefe do Executivo.
- (B) A conduta do servidor configura, em tese, o crime de corrupção passiva, sendo legítima a comunicação às autoridades competentes.
- (C) A comunicação dos fatos às autoridades caracteriza violação do dever funcional da Controladoria.
- (D) O fato narrado constitui infração disciplinar, mas não crime.

Questão 02

Durante a análise de um processo administrativo de concessão de alvará de funcionamento, o Procurador Municipal de Santa Aurora identificou que a autoridade responsável havia expedido o ato sem observar requisitos legais obrigatórios, como a licença ambiental e a aprovação do corpo de bombeiros, contrariando frontalmente a legislação municipal.

Após constatar o vício, o Secretário de Desenvolvimento Urbano questionou a Procuradoria sobre qual seria a medida jurídica adequada diante da irregularidade, uma vez que o ato já havia produzido efeitos perante o particular interessado.

Considerando o dever de autotutela da Administração Pública e a natureza do vício constatado, assinale a alternativa correta.

- (A) Mantido até decisão judicial definitiva, por respeito à presunção de legitimidade.
- (B) Anulado pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, em razão do princípio da autotutela.
- (C) Revogado pela Administração, em razão da conveniência e oportunidade.
- (D) Corrigido mediante emenda administrativa, aplicando-se a convalidação obrigatória.

Questão 03

O Município de Santa Helena celebrou contrato administrativo com a empresa LimpaTudo Ambiental Ltda. para prestação dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos. Após alguns meses de

execução, a contratada abandonou o serviço sem justificativa, interrompendo a coleta em diversos bairros e causando prejuízos à população e risco à saúde pública.

O caso foi encaminhado à Procuradoria Municipal, para emissão de parecer jurídico quanto às providências cabíveis diante da inexecução contratual.

Com base nas normas que regem os contratos administrativos e nos poderes conferidos à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração pode rescindir unilateralmente o contrato por inexecução, aplicando sanções.
- (B) O contrato só pode ser rescindido por acordo entre as partes.
- (C) A Administração deve recorrer ao Judiciário para rescindir o contrato.
- (D) O contrato deve ser mantido até o término do prazo, em respeito ao pacta sunt servanda.

Questão 04

Durante a tramitação de um projeto de lei na Câmara Municipal de Santa Esperança, um vereador propôs a concessão de isenção do IPTU para aposentados e pensionistas residentes no Município.

O texto do projeto foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, a pedido do Prefeito, para análise de constitucionalidade e competência legislativa, tendo em vista que a matéria envolvia renúncia de receita tributária.

Após examinar o caso, o Procurador observou que a proposta havia sido apresentada por parlamentar, e não pelo Chefe do Executivo.

Considerando as regras constitucionais sobre o processo legislativo e a iniciativa das leis tributárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A iniciativa é privativa do Prefeito.
- (B) A lei é inconstitucional porque isenção só pode ser concedida por decreto.
- (C) A iniciativa é válida, pois compete ao Legislativo propor leis tributárias, salvo exceções previstas.
- (D) O vereador não possui competência para propor projetos de lei.

Questão 05

Um servidor público municipal exigiu vantagem indevida para liberar uma licença. O crime cometido Durante uma auditoria interna conduzida pela Controladoria Geral do Município de Santa Aurora, apurou-se que um servidor público lotado na Secretaria de Meio Ambiente teria exigido vantagem econômica indevida de empresários locais para liberar licenças ambientais necessárias à construção de um condomínio.

O caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para manifestação jurídica e comunicação às autoridades competentes, diante da possível prática de crime contra a Administração Pública.

Com base no Código Penal e nas circunstâncias narradas, assinale a alternativa correta:

- (A) Peculato.
- (B) Prevaricação.
- (C) Corrupção passiva.
- (D) Concussão.

Questão 06

A Câmara Municipal de Santa Esperança aprovou e o Prefeito sancionou uma lei municipal que proibia qualquer tipo de manifestação pública, protesto ou reunião em frente aos prédios da Administração, sob o argumento de "preservar a ordem e o funcionamento dos serviços públicos".

Inconformados, diversos movimentos sociais e entidades comunitárias impetraram mandado de segurança coletivo, alegando violação a direito fundamental previsto na Constituição Federal. O processo foi encaminhado à Procuradoria Municipal para manifestação acerca da constitucionalidade da norma.

Diante da situação descrita e considerando o regime jurídico dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei é válida, desde que aprovada em dois turnos pela Câmara.
- (B) A lei é inconstitucional, pois viola a liberdade de reunião, direito fundamental previsto na CF/88.
- (C) A lei é válida, porque o Município pode restringir reuniões em prol da ordem pública.
- (D) A lei só pode ser questionada por Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Questão 07

Durante uma auditoria interna, a Procuradoria Municipal de Santa Esperança foi acionada pela Secretaria de Saúde para emitir parecer jurídico sobre a continuidade de um contrato firmado com a empresa VidaPlena Ltda., responsável pelo fornecimento de medicamentos à rede pública.

O relatório de auditoria apontou reiterados descumprimentos de prazos contratuais, ocasionando desabastecimento em unidades de saúde e prejuízos à população.

Diante da gravidade da situação, o Prefeito Municipal, alegando agir em prol do interesse público, determinou a aplicação de sanção administrativa à contratada e, logo em seguida, decidiu "revogar o contrato", sob o argumento de se tratar de ato de conveniência administrativa.

Nessa situação, e considerando as atribuições do Procurador Municipal no controle da legalidade dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação é cabível em caso de ilegalidade do contrato, dispensando o contraditório.

- (B) A Administração pode revogar contrato administrativo a qualquer tempo, mesmo por descumprimento contratual.
- (C) A aplicação de sanção impede a rescisão do contrato, sob pena de bis in idem administrativo.
- (D) A aplicação de sanção e a revogação do contrato são medidas distintas, sendo que a revogação só se aplica aos atos válidos, e a rescisão aos contratos inadimplidos.

Questão 08

O Município de Santa Clara, por meio de decreto municipal, tombou um casarão histórico particular, localizado na área central da cidade, reconhecendo seu valor arquitetônico e cultural.

O proprietário do imóvel, inconformado com as restrições impostas — que passaram a impedir reformas estruturais e modificações externas — ajuizou ação judicial contra o Município, alegando que o tombamento configuraria uma forma de desapropriação indireta, já que estaria impedido de explorar economicamente o bem.

O processo foi encaminhado à Procuradoria Municipal para manifestação quanto à natureza jurídica do ato e suas consequências patrimoniais.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) O tombamento extingue automaticamente o domínio do particular.
- (B) O tombamento não gera desapropriação, mas limitação administrativa ao uso do bem.
- (C) O tombamento é nulo, pois viola o direito de propriedade.
- (D) O tombamento sempre implica desapropriação e indenização.

Questão 09

O Prefeito do Município de Santa Esperança, preocupado com o aumento dos gastos na rede pública de saúde, editou decreto municipal criando uma contribuição social obrigatória a ser cobrada de estabelecimentos comerciais, com o objetivo de custear programas de atenção básica e compra de medicamentos.

Após a publicação do decreto, um munícipe impetrou mandado de segurança, sustentando que o ato violava o princípio da legalidade tributária previsto na Constituição Federal. O caso foi encaminhado à Procuradoria Municipal para elaboração de parecer sobre a constitucionalidade do ato normativo.

Diante dessa situação, e considerando a competência legislativa tributária dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O decreto é inconstitucional apenas porque não houve autorização da Câmara Municipal.

- (B) O decreto é inconstitucional, pois apenas lei pode instituir tributo, em respeito ao princípio da legalidade.
- (C) O decreto é válido, desde que aprovado pelo Tribunal de Contas Municipal.
- (D) O decreto é válido, porque a competência tributária é derivada da autonomia municipal.

Questão 10

Durante o acompanhamento de uma execução fiscal ajuizada pelo Município de Santa Vitória, o contribuinte garantiu o juízo mediante penhora de bem imóvel e, em seguida, apresentou defesa alegando nulidade no lançamento do crédito tributário, sustentando que o tributo teria sido constituído sem observância dos requisitos legais.

O caso foi encaminhado ao Procurador Municipal responsável pela cobrança da dívida ativa, para manifestação sobre o instrumento processual adequado à discussão dessa nulidade.

Considerando a legislação vigente e o procedimento da execução fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) A execução deve prosseguir sem defesa.
- (B) É cabível ação anulatória ou embargos à execução fiscal.
- (C) Apenas o mandado de segurança é cabível.
- (D) Apenas ação declaratória é cabível.

Questão 11

O Prefeito do Município de Santa Aurora foi surpreendido com a notícia de que um cidadão havia ajuizado ação popular questionando a contratação de empresa para serviços de varrição e limpeza urbana, sob a alegação genérica de "mal uso de verbas públicas".

Ao receber cópia da petição inicial, o Procurador Municipal observou que o autor não apresentou nenhum documento ou indício mínimo de ilegalidade ou de lesividade ao erário, limitando-se a manifestar discordância com a forma como o Executivo havia conduzido a contratação.

Diante dessa situação, e considerando a legislação aplicável à ação popular, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação popular deve prosseguir em qualquer hipótese, mesmo sem indícios.
- (B) A ação popular não admite indeferimento inicial, pois trata de direito constitucional indisponível.
- (C) O juiz pode extinguir o processo apenas após a contestação da autoridade coatora.
- (D) O juiz pode indeferir liminarmente a ação popular, se não houver indícios de ilegalidade ou lesividade.

Questão 12

O Procurador Municipal de Santa Vitória recebeu dos setores de arrecadação e cobrança um processo

referente à execução fiscal de IPTU contra o contribuinte João Ricardo da Silva, proprietário de um imóvel urbano que, desde 2019, não realizava o pagamento do tributo.

Constatou-se que o crédito tributário havia sido regularmente lançado em 2020, mas que a execução fiscal somente fora ajuizada em 2026, sem que houvesse qualquer causa de suspensão ou interrupção da exigibilidade nesse período.

Diante dessa situação, o Procurador foi consultado para emitir parecer sobre a possibilidade de reconhecimento da prescrição do crédito tributário.

Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há prescrição, pois a dívida ativa pode ser cobrada a qualquer tempo.
- (B) A prescrição depende de pedido do contribuinte e não pode ser reconhecida de ofício.
- (C) O crédito tributário está decadente, pois a Fazenda não lançou o tributo no prazo.
- (D) O crédito tributário está prescrito, pois a Fazenda tem 5 anos para ajuizar a execução, contados da constituição definitiva.

Questão 13

O supermercado popular municipal "Bom Preço", explorado em regime de concessão pelo Município de Santa Esperança, encaminhou requerimento à Procuradoria Municipal pleiteando reconhecimento de imunidade tributária quanto ao pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), argumentando que os valores arrecadados destinavam-se ao custeio de políticas sociais e programas assistenciais da Prefeitura.

Ao analisar o pedido, o Procurador do Município foi instado a emitir parecer jurídico esclarecendo se o empreendimento poderia ser beneficiado pela imunidade tributária constitucional.

Considerando as regras do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda atividade empresarial é imune a tributos municipais.
- (B) A imunidade alcança qualquer serviço essencial.
- (C) As empresas privadas têm imunidade tributária plena.
- (D) A imunidade não alcança ISS, exceto hipóteses expressamente previstas na CF.

Questão 14

Durante uma reunião com o Departamento de Trânsito do Município de Santa Aurora, o Procurador Municipal foi consultado sobre a natureza jurídica das multas de trânsito aplicadas pela autoridade municipal aos motoristas que descumpriam as regras de circulação e estacionamento.

Alguns servidores alegavam que a imposição da penalidade constituía mero ato de gestão; outros, que se

tratava de exercício de poder sancionatório do Estado.

Com base nas atribuições da Administração Pública e na finalidade do ato punitivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Poder disciplinar.
- (B) Poder hierárquico.
- (C) Poder de polícia.
- (D) Poder regulamentar.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 15 a 17.

Jacinta

Faz tempo, recusava-me a ir, porém, hoje, impossível evitar.

Enfermaria da UTI do Hospital São Lucas, Vitória, Espírito Santo, Brasil, Jacinta em coma.

Desde maio, Jacinta está em coma; só hoje fui visitá-la.

Creio que não suportou a dor de celebrar um ano da morte de sua filha, que seria no mês seguinte, e fugiu.

Fugiu para dentro de si, numa viagem amarga que não evidencia sua sempre forte alegria com a vida – entrou em silêncio, em distanciamento, deixou-nos.

Mas não morreu. Está ali e chorou quando lhe disse que estava ali. E chorei porque quem vi ali não era Jacinta.

Vi um corpo sofrendo, moribundo.

Perguntei à enfermeira e, não satisfeita, perguntei ao médico. Confirmado. Era Jacinta. Não vi uma pessoa, um ser imbuído de vida. Vi o sofrimento de alguém que não quer viver e não tem a alegria de ir – sofre, ego ferido pela vida, e reclama amor.

Por que não aceita o nosso, Jacinta?

Temos pouco, não temos sua filha. Estamos vivos,... Viva!

Não viveu. Foi-se no dia seguinte.

GONZÁLEZ, Liana. Jacinta. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/5e31bd4b-2da7-42b6-bf5a-f3253a96eb4e/content> . Acesso em: 16 out. 2025.

Questão 15

No período "Creio que não suportou a dor de celebrar um ano da morte de sua filha, que seria no mês seguinte, e fugiu", as orações iniciadas por "que" exercem funções distintas. Assinale a alternativa que analisa corretamente essas orações quanto à sua natureza sintática:

- (A) Ambas as orações subordinadas introduzidas por "que" têm valor substantivo: a primeira como objeto direto do verbo principal, e a segunda como complemento do substantivo "filha", que exige informação adicional sobre sua ausência.
- (B) A primeira oração subordinada é uma oração subordinada substantiva subjetiva, pois realiza o papel de sujeito do verbo "creio"; a segunda é uma oração coordenada assindética explicativa, já que amplia o sentido da oração anterior com base em inferência causal.
- (C) A primeira oração introduzida por "que" funciona como oração subordinada substantiva objetiva direta, complementando o sentido do verbo "creio"; a segunda oração, também iniciada por "que", tem função adjetiva, pois retoma o termo "morte" e expressa uma circunstância temporal associada a ele.
- (D) A oração "que seria no mês seguinte" é uma subordinada adverbial temporal, modificando o verbo "celebrar"; a oração anterior, "que não suportou a dor...", tem valor de aposto explicativo da oração principal.

Questão 16

No trecho "Perguntei à enfermeira e, não satisfeita, perguntei ao médico", o uso da crase em "à enfermeira" é justificado por:

- (A) a necessidade de reforçar a ideia de direção e movimento, já que o ato de perguntar implica deslocamento físico em direção à pessoa a quem se dirige a indagação.
- (B) uma construção partitiva, em que o termo "à enfermeira" funciona como sujeito paciente da ação de perguntar, exigindo o uso da crase como elemento diferenciador do objeto direto.
- (C) uma regra de eufonia, já que a repetição do som [a] entre a preposição e o artigo demanda a crase como elemento de fluidez e clareza na oralidade.
- (D) o verbo "perguntar", que exige complemento indireto, somado ao artigo definido feminino exigido pelo substantivo "enfermeira", o que resulta na fusão da preposição "a" com o artigo "a".

Questão 17

A leitura do texto "Jacinta" permite inferir que o narrador, ao relatar sua visita à amiga hospitalizada, expressa sobretudo:

- (A) a perplexidade diante da ineficácia da medicina moderna, que, embora mantenha o corpo vivo, não consegue restaurar o vínculo afetivo perdido pela paciente em coma.
- (B) a aceitação serena da inevitabilidade da morte, compreendida como libertação do sofrimento e dissolução das amarras emocionais que prendem o ser à dor.

- (C) a esperança contida em reencontrar na paciente traços de vitalidade e resistência, interpretando o choro de Jacinta como sinal de comunicação e de reaproximação afetiva.
- (D) o reconhecimento da morte simbólica de Jacinta, cuja ausência de vitalidade revela uma desconexão entre corpo e espírito, resultante de um luto não elaborado e de um amor que se tornou incapaz de regeneração.

- (A) A dificuldade de ensinar máquinas a resolver cálculos matemáticos complexos.
- (B) A redução da velocidade dos processos industriais automatizados.
- (C) A possibilidade de algoritmos reproduzirem ou amplificarem vieses discriminatórios.
- (D) A substituição completa e absoluta do trabalho humano por máquinas inteligentes.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

Durante uma reunião administrativa na Prefeitura de Anchieta/SC, discutiu-se a importância de manter critérios justos e transparentes na definição dos salários dos servidores municipais. Então, o chefe do setor de Recursos Humanos lembrou aos participantes que, segundo a Lei Orgânica do município, existem normas que orientam como devem ser fixados os padrões de vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, a fim de garantir equilíbrio e legalidade no serviço público. Porém, entre esses critérios, NÃO consta:

- (A) As peculiaridades dos cargos.
- (B) Os requisitos para a investidura.
- (C) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- (D) A disponibilidade orçamentária do município e a política salarial adotada pelo governo estadual.

Questão 19

No município de Anchieta, localizado no Extremo Oeste Catarinense, qual setor se destaca como base da economia local, juntamente com a agricultura, o comércio e os serviços?

- (A) A indústria, com produção de móveis, peças de fibra e plástico, e máquinas.
- (B) A mineração, com extração de areia e pedras para construção civil.
- (C) O setor têxtil, responsável pela maior parte da arrecadação municipal.
- (D) A pesca artesanal, voltada ao consumo interno e exportação.

Questão 20

A crescente adoção da inteligência artificial (IA) em setores como educação, saúde e segurança tem gerado debates sobre os limites éticos de seu uso. Um dos principais desafios atuais está em garantir que algoritmos não reproduzam preconceitos humanos.

Pergunta:

Qual é uma das principais preocupações éticas associadas ao uso da inteligência artificial na atualidade?